



Estado do Paraná

# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

G. Mun. de P. Bco.
Vls. N.º 09
<i>[Handwritten signature]</i>

## PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 01/2001

RECEBIDA EM: 17 de maio de 2001

Nº DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL: 01/2001 de 14 de maio de 2001

SÚMULA: Modifica e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco – art. 18 – nos incisos I, II e VI a perda do mandato será por voto aberto nominal e maioria absoluta - acaba com as votações secretas.

AUTOR: Vereador Nereu Faustino Ceni – PC do B

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 17 de maio de 2001

### VOTAÇÃO NOMINAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 18 de junho de 2001 - aprovado com 13 (treze) votos a favor e 02 (duas) ausências.  
Ausentes os vereadores Agostinho Rossi – PDT e Pedro Martins de Mello –PFL.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 28 de junho de 2001 – aprovado com 13 (treze) votos a favor e 02 (duas) ausências.  
Ausentes os vereadores Nelson Bertani - PSDB e Pedro Martins de Mello –PFL.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 548/2001 datado de 2 de julho de 2001 foi encaminhado ao Executivo Municipal, cópia da emenda

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 09/2001 - de 2 de julho de 2001

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 2564 do dia 3 de julho de 2001.

# DIÁRIO DO POVC

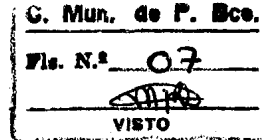
NO XV - EDIÇÃO 2564 - CIRCULAÇÃO REGIONAL - PATO BRANCO, TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2001

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR**  
**EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 09/2001**  
SÚMULA: Modifica e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.  
Art 1º - O § 2º do artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, com a redação dada pela Emenda nº 08/2000, passa a vigorar com o seguinte teor:  
Art. 18 -  
§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto nominal e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa. (NR)  
Art. 2º - Ficam revogadas as disposições contidas no § 6º, incisos II e III, do artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco  
Art. 3º - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.  
Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pato Branco aos 2 dias do mês de julho de 2001.  
**NEREU FAUSTINO CENI - Presidente**  
**VILMAR MACCARI - Vice-presidente**  
**ANTONIO URBANO DA SILVA - 1º Secretário**



Estado do Paraná

# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



## EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 09/2001

**SÚMULA:** Modifica e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

**Art. 1º** - O § 2º do artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, com a redação dada pela Emenda nº 08/2000, passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 18 - .....

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto nominal e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa." (NR)

**Art. 2º** - Ficam revogadas as disposições contidas no § 6º, incisos II e III, do artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

**Art. 3º** - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pato Branco, aos 2 dias do mês de julho de 2001.

  
Nereu Faustino Ceni  
Presidente

  
Vilmar Maccari  
Vice-presidente

  
Antonio Urbano da Silva  
1º Secretário

## COMISSÃO ESPECIAL

### PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO N.º 001/2001.

Pretendem os vereadores proponentes, obter do douto plenário da Câmara de Vereadores de Pato Branco, o apoio para implementar alterações em seus dispositivos, com o objetivo de abolir o voto secreto em toda e qualquer deliberação legislativa.

Neste momento em que o cenário nacional apresenta episódios lamentáveis envolvendo os órgãos do Poder Legislativo, tanto a nível federal, como estadual e municipal, que reclamam dos agentes políticos adoção de posturas fundamentadas na legalidade, na moral, e na ética, já se antevê no horizonte sinais de uma nova ordem, a pugnar pelos princípios da renovação, da boa política e da observância dos princípios originários da constituição, que brotam dos legítimos anseios e aspirações da sociedade.

Renegando a situação lastimável antes citada e hipotecando a esperança e a confiança na nova ordem que se aponta, fundam-se as bases para, preliminarmente admitir a proposta, de acordo com os termos do inciso II do artigo 31 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

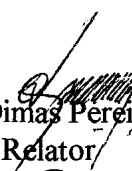
A abolição do voto secreto é matéria que já vem recebendo atenção e acatamento por inúmeras Câmaras Municipais de todo o país. Encontra fundamentação legal no artigo 1.º combinado com o artigo 18 da Constituição Federal, que conceituam o município como ente federativo por excelência e ainda no artigo 30, *caput*, que dispõe que o Município tem autonomia e competência para legislar sobre a questão.

Sustentação idêntica também encontra-se na própria Carta Municipal, em seu artigo 14, inciso III, que atribui à Câmara Municipal competência para dispor sobre serviços administrativos, **sua organização, funcionamento e segurança**.

Com base na fundamentação acima e com suporte em parecer jurídico, esta relatoria entende que o Município é competente para normatizar o processo legislativo, especialmente em relação à forma de votação em plenário, considerando que a previsão de que todas as votações serão em aberto não fere nenhum princípio constitucional, especialmente os elencados no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

Assim sendo, s.m.j., esta relatoria emite parecer **FAVORÁVEL** à aprovação da proposta por estar a mesma revestida de amparo legal e principalmente moral.


Pato Branco, 11 de junho de 2001.

  
Dirceu Dimas Pereira - PPS  
Relator

  
Laurinha Luiza Dall'Igha - PPB  
Membro

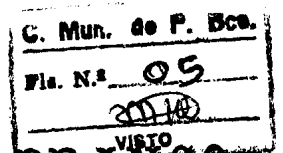
  
Pedro Martins de Mello - PFL  
Membro

  
Vilmar Maccari - PSDB  
Membro

  
Vilson Dala Costa - PMDB  
Presidente



Estado do Paraná



# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

## ASSESSORIA JURÍDICA PARECER A PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO Nº 01/2001.

Pretendem os ilustres Vereadores subscritores da Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Município de Pato Branco, com fundamento no inciso II do artigo 31 da Carta Municipal, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para implementar alterações em seus dispositivos, objetivando abolir o voto secreto em toda e qualquer deliberação legislativa.

A proposta apresentada decorre do anseio popular nacional, que após a série de escândalos envolvendo o parlamento federal, cobra maior transparência nas deliberações legislativas, mediante a abolição do voto secreto, apelo este que está sendo acatado por inúmeras Câmaras Municipais espalhadas pelo nosso Brasil.

A matéria encontra-se amparada na norma contida no artigo 1º combinado com o artigo 18 da Constituição Federal, consignando o município como ente federativo, com autonomia e competência para legislar sobre essa questão (art. 30, I CF).

Para corroborar ainda com a fundamentação acima, a Lei Orgânica do Município de Pato Branco em seu artigo 14, inciso III, confere a Câmara Municipal competência para dispor sobre serviços administrativos, **sua organização, funcionamento e segurança**

Pelo que se apresenta, entendo s.m.j, que ao Município resta um mínimo de flexibilidade para normatizar o processo legislativo, sobremodo quanto à forma de votação do plenário, dado que a previsão de que todas as votações serão em aberto não quebra nenhum princípio constitucional, especialmente os elencados no artigo 37 "caput" da CF.

A proposta deverá seguir o trâmite estipulado nos artigos 178 à 181 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco.



Estado do Paraná

# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 04
<i>[Signature]</i>
VISTO

Diante do exposto, concluo em fornecer parecer favorável a regular tramitação da proposta de emenda, observada quanto a deliberação plenária, o quorum para aprovação de 2/3 e o interstício mínimo de dez dias entre as votações.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 24 de maio de 2.001.

*Renato m. Rosário*  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico



Estado do Paraná

# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 03
VISTO

## JUSTIFICATIVA

Diante da crise que assola o Parlamento Federal com escândalos de todas a ordem, o Legislativo municipal Patobranquense, através dos Vereadores abaixo assinados, pretendem adequar a Lei Orgânica e Regimento Interno, no sentido de acabar com qualquer deliberação que exija a votação secreta, com o intuito de tornar mais transparente a conduta dos edis perante a sociedade.

Essa mudança se faz necessária para os cidadãos ficarem cientes de que a única maneira de "saber votar" é ter uma idéia precisa do que cada parlamentar realmente fez durante seu mandato. O voto secreto gera insegurança e desconfiança diante da população. A moralidade, a ética e transparência são imprescindíveis na vida pública. Deve-se saber que os poderes públicos existem para serem representativos, entenda-se representar os interesses de todos os cidadãos, que têm direitos e deveres iguais, e não para fortalecer o egoísmo de pessoas ou grupos que querem se perpetuar no poder.

Portanto é legítimo que a votação torne-se aberta em toda e qualquer deliberação plenária no âmbito do Legislativo do Município de Pato Branco.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Município de Pato Branco nº 01/2001 e do Projeto de Resolução nº 09/2001 relativamente ao Regimento Interno da Câmara Municipal.

Pato Branco, 17 de maio de 2.001.

HERO FAUSTINO CENI



Estado do Paraná

# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 02
<i>[Signature]</i>
VISTO

RECEBIDO
Data: 14/05/01
Hora: 14h
<i>[Signature]</i>
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

## AO PLENÁRIO CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas regimentais e com fundamento no inciso II do artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis a seguinte Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Município de Pato Branco:

### PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO Nº 001/2001

#### Modifica e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

Art. 1º - O & 2º do artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, com a redação dada pela Emenda nº 08/2000, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 18 - .....

& 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto nominal e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.” (NR)

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições contidas no & 6º, incisos II e III, do artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.





Não indicar membros  
↓  
PEL - 1 PEDRO  
PSDB - 1 MACARI  
PPS - 1 DIRCEU  
PMDB - 1 VILSON  
PPB - 1 LAURINAA.

com ou sem parecer.

**TÍTULO VII**  
**DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**  
**CAPÍTULO I**  
**DA EMENDA À LEI ORGÂNICA**

**Art. 178** - Aplicam-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

**Art. 179** - Lida em Plenário a proposta nos termos do art. 31 da Lei Orgânica Municipal, será constituída Comissão Especial, composta de 5 membros indicados pelos líderes da bancada, observada a proporcionalidade partidária, que sobre ela deve exarar parecer em 15 dias.

§ 1º - Cabe à comissão a escolha de seu presidente e relator.

§ 2º - Incumbe à comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no artigo 31 da Lei Orgânica Municipal; concluindo pela inadmissibilidade e havendo recurso, interrompe-se o prazo do "caput" deste artigo, até decisão final.

**Art. 180** - Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão Especial, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, desde que subscritas por um terço dos Vereadores.

**Art. 181** - Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra por trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze.